



Extrato de Ata 36º Conselho Nacional

Data: 2/2/2024 Hora:21.00h
Reunião por zoom

Quorum: 45 membros com voto

Ordem de Trabalhos:

1. Conclusão do debate sobre as Legislativas iniciado no 35.º Conselho Nacional
2. Debate e votação do Programa Eleitoral

Pelas 21.20h abriram-se os trabalhos do 36.º Conselho Nacional extraordinário, por zoom, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Conclusão do debate sobre as Legislativas iniciado no 35.º Conselho Nacional
2. Debate e votação do Programa Eleitoral

O presente CN foi convocado ao abrigo do n.º 3 do art.º 28 dos Estatutos, justificando-se a urgência pela necessidade de aprovar o Programa Eleitoral antes do início da fase mais activa da campanha eleitoral.

Abertos os trabalhos o presidente do CN deu conta da renúncia do membro Ângelo Santos que é substituído por Duarte Brito a quem deu as boas vindas.

Antes de entrar no ponto 1 houve inscrições de Pedro Fernandes Antunes que propôs que se invertesse a ordem dos pontos considerando a importância de se debater o programa político.



Feita a votação da proposta de alteração da Ordem de Trabalhos a mesma foi aprovada com:

35 votos a favor

8 abstenções

2 votos contra

Assim a Ordem de Trabalhos final passou a:

1. Debate e votação do Programa Eleitoral
2. Conclusão do debate sobre as Legislativas iniciado no 35.º Conselho Nacional

Entrou-se então no novo ponto 1. Debate e votação do Programa Eleitoral

Foi dada a palavra à CE na pessoa da Ana Martins que fez a apresentação breve do programa bem como de um conjunto de propostas de alteração da CE e de membros do CN ao documento partilhado.

Seguiu-se o debate com intervenções de diversos membros e no final foi dada a palavra a Ana Martins para concluir o ponto respondendo e esclarecendo as questões colocadas.

Foi então colocado à votação na generalidade o documento original partilhado na pasta, sendo aprovado com 8 votos contra, 8 abstenções e 35 votos a favor.

Entrando na discussão na especialidade José Pedro Barros fez ponto de ordem solicitando que fosse feita votação nominal sobre admissibilidade da votação das alterações propostas,



que foi aprovada com clara maioria como lista anexa. Bruno Mourão Martins solicitou que fosse registado o seu voto favorável que não conseguiu fazer por dificuldades tecnológicas.

Entrou-se então na discussão na especialidade. Ana Martins em nome do proponente afirmou que apenas pretendia que fosse votadas quatro alterações:

- a) Introduzir avaliações nacionais no final dos ciclos
- b) Alargar a atribuição de manuais escolares gratuitos aos alunos do ensino privado
- c) Descentralizar e garantir a independência das instituições culturais
- d) Eliminar o regime de regularização permanente

Passou-se então à votação das alterações na especialidade:

- a) Introduzir avaliações nacionais no final dos ciclos - aprovada com 8 votos contra, 10 abstenções e 25 votos a favor
- b) Alargar a atribuição de manuais escolares gratuitos aos alunos do ensino privado - rejeitada com 18 votos contra, 16 abstenções e 7 votos a favor.
- c) Descentralizar e garantir a independência das instituições culturais - aprovada com 4 votos contra, 8 abstenções e 30 votos a favor
- d) Eliminar o regime de regularização permanente - aprovada com 3 votos contra, 7 abstenções e 30 votos a favor

Fez-se então a votação final global do documento com as alterações aprovadas, sendo aprovado com 6 votos contra, 3 abstenções e 33 votos a favor.

Tendo havido pontos de ordem de diversos membros, uns defendendo o adiamento do ponto em falta e outros a sua discussão, a mesa colocou ao plenário a decisão tendo vencido o adiamento com 8 votos pela continuação dos trabalhos, 11 abstenções e 19 votos pelo adiamento dos trabalhos.

Vários membros solicitaram que o próximo CN seja agendado com a maior brevidade atenta a perda de oportunidade e relevância da discussão, tendo alguns até solicitado que a mesa fizesse o agendamento no momento, o que foi rejeitado pela mesa.

Encerraram-se os trabalhos pelas 3.30h do dia 3/2/24.